MOÇÃO Nº 141/17

De Repúdio às declarações feitas por intervenção militar.

Apresentamos Moção de Repúdio em face das declarações feitas por oficiais do Exército Brasileiro nas últimas semanas, em defesa de intervenção militar no país.

A onda de declarações pelos oficiais teve início com o General do Exército, Secretário de Economia e Finanças da Força, em reunião da Loja Maçônica Grande Oriente, em Brasília, no dia 15.09.17. Naquela oportunidade, segundo matéria publicada no site da Folha [fonte: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/ 1919322-general-do-exercito-ameaca-impor-solucao-para-crise-politica-no-pais .shtml; acesso em 25.09.17], o general teria feito declarações tais como:

"Até chegar o momento em que ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso".

"Então, se tiver que haver, haverá [ação militar]. Mas hoje nós consideramos que as aproximações sucessivas terão que ser feitas".

Após a divulgação na imprensa, outros oficiais têm se manifestado no mesmo sentido, conforme indica matéria divulgada no site http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/09/intervencao-militar-sete-oficiais-do-exercito-falam-o-que-pensam-9910610.html, com o título "Intervenção militar: sete oficiais do Exército falam o que pensam", do último dia 22.09.17.

Ao se manifestar nesses termos, os oficiais do Exército estão propondo uma ação manifestamente inconstitucional das forças armadas, pois a intervenção militar viola o art. 142, da Constituição Federal de 1988, que submete sua atuação à autoridade Suprema do Presidente da República.

Além disso, contraria todos os princípios fundamentais elencados no Título I, da Constituição Federal de 1988, que asseguram o caráter republicado do país.

Importante recordar, também, que o Brasil viveu um período de 20 anos de Ditadura Militar, imposto após o Golpe de 1964, que interrompeu o ciclo democrático no país. Essas duas décadas de regime foram marcados por inúmeros casos de corrupção e flagrantes atentados aos Direitos Humanos, na qual artistas e oposicionistas foram perseguidos, presos, torturados e assassinados. Inclusive, partidos foram extintos e eleições suspensas.

Portanto, uma Casa Legislativa não pode ignorar uma apologia à intervenção militar, em tom de ameaça. É necessário o repúdio a esse tipo de manifestação vinda de representantes oficiais do Exército. Não se pode permitir que o novo ciclo de construção democrática seja novamente

interrompido e é preciso que o Estado brasileiro se posicione diante dessas ameaças, em todos os seus âmbitos institucionais.

Apresentamos, desta forma, moção de repúdio pelo fato ocorrido, ao tempo em que ratificamos a importância de serem preservados os princípios constitucionais de direito.

CIENTIFICAR:

Comando da 6ª Região Militar – Ministério da Defesa

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2017.

ALADILCE SOUZA